

Objectivo 3 . Promover a igualdade de género e a autonomia das mulheres

INTRODUÇÃO

Em Cabo Verde tem-se registado avanços significativos no que tange à procura da equidade de género, sobretudo no acesso à educação e na produção legislativa, mas constata-se, que no que se refere ao acesso ao emprego, a formação profissional e a participação efectiva no poder existem factores de bloqueio a uma igualdade efectiva nas relações de género. Verificam-se também dificuldades na apropriação da categoria analítica de género na planificação, situação que se reflecte directamente na produção de planos e programas, e de dados estatísticos.

O relatório sobre o Objectivo 3 de Desenvolvimento do Milénio - Promoção da Igualdade de Género e da Autonomia das Mulheres, pretende recolher, sistematizar e analisar informações que viabilizem o aprofundamento do debate sobre essa problemática, assim como, sobre os elementos que podem por em causa o seu desenvolvimento.

Ainda tem como finalidade colateral, contribuir para a elaboração do 1º Relatório Global de Seguimento dos OMD, previsto para 2005, assim como facilitar uma inserção adequada desta problemática nas estratégias de redução da pobreza.

A meta a ser atingida com o desenvolvimento deste objectivo é eliminar a disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015. Os indicadores seleccionados para o seu desenvolvimento foram:

- ✦ Rácio raparigas/rapazes nos ensinos Básico, Secundário e Médio/Superior;
- ✦ Rácio mulheres/homens analfabetos na faixa etária 15-24 anos;
- ✦ Percentagem de mulheres assalariadas no sector não agrícola;
- ✦ Percentagem de mandatos ocupados por mulheres no parlamento;
- ✦ Taxa de mulheres vitimas de violência.

De acordo com as orientações metodológicas, no primeiro ponto do relatório é apresentada a leitura da evolução de todos os indicadores no período compreendido entre 1990 e 2003, e o contexto dessa evolução. Para ilustrar essa evolução, utilizaram-se, fundamentalmente, os dados estatísticos oficiais do INE (1990 e 2000), mas sempre que possível e necessário para a descrição das situações, foram utilizados dados fornecidos por diferentes instituições, tais como, Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, Procuradoria Geral da República, Instituto de Emprego e Formação Profissional, ICF, assim como os dados constantes de documentos oficiais produzidos por outras entidades.

No segundo ponto são analisados os Planos e Programas que servem de elementos de suporte à estratégia do Estado Caboverdiano nessa matéria, o que permitirá avaliar a evolução em termos de grandes opções de política.

No terceiro, apresentam-se os constrangimentos e os desafios que se colocam a promoção da equidade de género e a autonomia das mulheres.

Com base nos elementos anteriores, no quarto são assinaladas as prioridades de ajuda ao desenvolvimento, para que seja atingida a meta preconizada para 2015.

No quinto são apresentados os elementos que permitirão garantir o seguimento do objectivo, partindo de uma avaliação do estado actual dos mesmos.

Devido às características deste trabalho e à natureza dos dados que existem, não foi possível, estabelecer a taxa de mulheres vitimas de violência, pelo que tema foi tratado com base em elementos qualitativos, e construído apenas um indicador quantitativo – a taxa de demanda processual por violência sexual em 2000.

OBJECTIVO 3: PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO E A AUTONOMIA DAS MULHERES

- **Meta 4:** Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015.

1. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ENTRE 1990 e 2003

No período compreendido entre 1990 e 2000 a taxa de crescimento da população foi de 2,38 e assistimos a uma crescente concentração da população nas zonas urbanas. No ano 2000 a população residente no país era de 431.989 habitantes, dos quais cerca de 46.26% residiam em zonas rurais, enquanto que em 1990 a população era de 341.491, residindo nas zonas rurais 54%. O crescimento da população masculina (2,56) foi mais acentuado do que o da população feminina (2,21). Como resultado houve um ligeiro aumento da relação de masculinidade a nível nacional (de 90 homens por 100 mulheres, para 93 homens por 100 mulheres, sendo este aumento ligeiramente maior no meio rural- de 88 para 92, enquanto que nas zonas urbanas foi de 91 para 94).

Quadro comparativo da população - 1990 e 2000¹

Variáveis	Censo da população –1990						Censo da população – 2000					
	Total país		Sexo Fem.	Sexo Fem.	Sexo Mas.	Rácio mulheres/homens	Total país		Sexo Fem.	Sexo Fem.	Sexo Mas.	Rácio mulheres/Homens
	Efectivos	%					Efectivos	%				
Total país	341.491	100	179.997	52,7	161.494	1,11	431.989	100	223.995	51,9	207.994	1,08
Urbana	156.761	45,9	81.950	52,3	74.811	1,10	232.147	53,7	119.709	51,6	112.438	1,06
Rural	184.730	54,1	98.047	53,1	86.683	1,13	199.842	46,3	104.286	52,2	95.556	1,09

O tamanho médio dos agregados familiares diminuiu entre 1990 e 2000, passando de 5,1 para 4,6 membros. Segundo os censos em 1990 o número de agregados familiares era de 67,619 e em 2000 de 93.997. Destes agregados 38,3% eram chefiadas por mulheres em 1990 e 40,1% em 2000, o que aponta para uma tendência do aumento das famílias chefiadas por mulheres. Importa assinalar que, a definição do termo chefe de família, no Censo da População 2000, reproduz os estereótipos da sociedade sobre a estrutura familiar, pelo que no caso de existir coabitação através do casamento ou união de facto, o homem é considerado chefe de família, mesmo que não contribua para o sustento da mesma.

1.1 Educação

O desenvolvimento dos recursos humanos, converteu-se desde a independência do país em 1975, num dos principais desafios do desenvolvimento. As primeiras grandes acções foram dirigidas à redução do analfabetismo, que era de 61,3% e à universalização da Educação Básica. A medida que a situação evoluía positivamente, novos paradigmas surgiram. No fim da década do 80 os objectivos educativos passaram a ser o alargamento de 4 para 6 anos da Educação Básica e o alargamento de 5 para 6 anos do Ensino Secundário e Técnico, assim como alargamento do acesso.

A materialização destes objectivos na década de 90 teve como resultado uma nítida democratização do acesso à educação básica e secundária, e conseqüentemente a equidade de género no que tange a frequência à escola. Os dados estatísticos, reflectem essa situação - as taxas de frequência da população residente em idade de escolarização oficial no ano 2000 apontam para a equidade entre sexos no ensino básico e uma ligeira supremacia das raparigas no ensino secundário². De assinalar que a evolução dos indicadores aponta para um ligeira diminuição das taxas líquidas de escolarização nos últimos dois anos lectivos.

¹ Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Censos 1990 e 2000

² Existe discrepância entre os dados fornecidos pelo Ministério de Educação no que se refere as taxas de escolarização e os fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Este último apresenta, no ano 2000 uma

OBJECTIVO 3: PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO E A AUTONOMIA DAS MULHERES

Indicadores ³	1990	2000	2001	2002
Rácio Raparigas/Rapazes				
□ Ensino Básico	0,96	0,96	0,96	0,97
□ Ensino Secundário	1,04	1,02	1,02	1,02
□ Ensino Médio e Superior	-	1,26	1,04	-
Taxa líquida de escolarização por sexo				
□ Ensino Básico – Sexo Feminino / Masculino	70,4 e 72,6	95,0 e 96,0	94,7 e 95,6	94,3 e 95,9
□ Ensino Secundário – Sexo Feminino / Masculino	18,3 e 20,3	56,3 e 52,9	56,0 e 51,9	-
Percentagem de Diplomadas por Sexos				
□ Ensino Básico – Sexo Feminino / Masculino	-	-	80,0 e 74,0	-
□ Ensino Secundário – Sexo Feminino / Masculino	-	-	48,1 e 39,4	-
Rácio mulheres/homens analfabetos na faixa etária 15-24 anos				
□ Taxa de mulheres analfabetas 15-24 anos	13,6	0,91 4,5	-	-

A relação de masculinidade nos ensinos básico e secundário reflecte a estrutura geral da população, onde até os 10 anos a percentagem de rapazes é superior ao de raparigas. Dos 10 aos 19 anos, a relação de masculinidade é de 99 homens por cada 100 mulheres.

A taxa de repetência no ano lectivo 2000/2001 no Ensino Básico foi de 10,2% para as raparigas e 13,5% para os rapazes. No Ensino Secundário foi de 17,2% para as raparigas e 18,7% para os rapazes⁴. O abandono escolar nesse ano lectivo no Ensino Básico foi de 2,4% e no Ensino Secundário de 11,0%.⁵

Algumas medidas introduzidas recentemente, merecem especial atenção, em termos de seguimento do seu impacto na evolução dos indicadores nos próximos anos, nomeadamente:

- Nova modalidade de avaliação dos alunos:
 - Retenção dos alunos em todos os anos da 2ª e 3ª fase do Ensino Básico⁶;
 - Condicionamento da matrícula no 3º ciclo do Ensino Secundário, a uma media de 12 valores nas disciplinas nucleares⁷.
- Obrigatoriedade das raparigas grávidas anular a matrícula, só podendo regressar à escola depois do parto.

Uma questão a equacionar em termos de oportunidades de acesso é a situação das jovens mães adolescentes. Os dados indicam que do total da população feminina adolescente (12-19 anos) 29,7% não esta frequentando a escola. Nesse grupo etário 9,8% são jovens mães, das quais apenas 13,6% frequentam à escola (representa 1,9% das adolescentes que frequentam a escola). Destes dados pode-se inferir que a maternidade precoce é um factor que condiciona o acesso das raparigas à educação.

No caso do Ensino Médio e Superior no ano lectivo 2000/2001, existia uma supremacia nítida das mulheres em relação aos homens nas instituições nacionais. Contudo

taxa líquida de escolarização para o Ensino Básico de 83,2% (83,0% para o sexo masculino e 83,4% para o feminino) e de 46,2% para o Ensino Secundário (44,2 para o sexo masculino e 48,3 para o feminino).

³ Fonte: Anuários Estatísticos do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos e Censo de 1990 e 2000 do INE

⁴ Anuário de Educação. Ano Lectivo 2000/2001. Praia. GEP Educação. Dezembro 2002

⁵ Ministério de Educação e Valorização dos Recursos Humanos (MEVRH). Plano Estratégico da Educação

⁶ Desde 1994 o sistema de avaliação em vigor no Ensino Básico estipulava que os alunos só podiam ser retidos no caso de não atingirem os objectivos no fim de cada fase. O ensino Básico está organizado em três fases, e cada uma delas têm uma duração de dois anos.

⁷ Desde 1996 o Ensino Secundário está organizado em três ciclos, de dois anos de duração cada um. Até este momento para matricular o 3º ciclo do Ensino Secundário a única condicionante era a aprovação da 2ª ciclo.

OBJECTIVO 3: PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO E A AUTONOMIA DAS MULHERES

cabe assinalar que o rácio mulheres/homens, no ano lectivo 2001/2002 passou a ser de 94 mulheres matriculadas para cada 100 homens.

Este facto está intimamente relacionado com a proporção das matrículas no Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar (ISECMAR) e do Instituto Superior de Educação (ISE). No primeiro apontam-se como causas da disparidade, o perfil tradicionalmente considerado masculino dos novos cursos disponíveis. No caso do ISE, não possuímos elementos que nos permitam emitir um juízo de valor.

Outro elemento que de forma geral é apontado como um factor condicionante é a falta de espaços de acolhimento para as mulheres. O ISECMAR possui um lar, mas só admite pessoas do sexo masculino, conjugando assim uma restrição no acesso desde o ponto de vista “cultural” com uma pratica que dificulta a oportunidade de igualdade.

Matriculas nos estabelecimentos de Ensino Médio e Superior no Ano Lectivo 2000/2001⁸

Instituição	Total de matriculas	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Rácio mulheres/homens
Instituto Pedagógico	518	292	226	1,29
Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar	98	42	56	0,75
Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário	22	11	11	1,00
Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais	184	113	71	1,59
Instituto Superior de Educação	349	214	135	1,59
Total Geral	1171	672	499	1,35
Bolseiros no exterior	2202	1116	1086	1,03

Tomando em consideração o papel decisivo que a escola tem na socialização de crianças e jovens e os contornos culturais das relações de género torna-se pertinente, assinalar que o facto dos dois sexos terem igualdade acesso ao ensino, não implica existência de equidade nas relações de género no espaço educativo, tornando-se necessário imprimir coerência aos valores que se pretende que os alunos desenvolvam e as praticas do recinto escolar, para que a escola caboverdiana passe a agir como um elemento catalisador de mudança das regras tradicionais estabelecidas, que marcam os papeis que se atribuem a mulheres e homens.

No contexto sala de aula ou nas actividades extra curriculares, de forma geral “verificamos que muitas vezes a linguagem utilizada pelos professores não reflecte a necessidade de transformação dos preconceitos instituídos sobre os papéis de homens e mulheres e sobre o que é certo para raparigas e rapazes, ou seja, o discurso não se adequa à mudança”⁹ e que as actividades das raparigas e dos rapazes são diferentes. Quando os professores pedem para se organizar grupos de trabalho, as raparigas e os rapazes formam grupos separados. Na organização de festas, geralmente são as meninas que estão mais envolvidas e preparam quase todas as actividades. Os rapazes colocam-se à margem e afirmam que são coisas de mulheres, sobretudo, limpar, arrumar, fazer compras e por a mesa.

A percepção que se têm é que a maior parte dos docentes não tem o domínio dos assuntos relacionados com as relações de género, nem demonstram ter interiorizado os

⁸ O Instituto J. Piaget e o Instituto Superior Isidoro Graça, não produzem dados de matricula desagregados por sexo. Fonte Gabinete de Estudos e Planeamento /Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos. Anuário Estatístico. Ano Lectivo 2000/2001.

⁹ Cunha Ramos Bernardino João. “Representação de papeis sexuais no contexto escolar e a reprodução de estereótipos”. ISE. Praia 2002. Adaptação do texto

OBJECTIVO 3: PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO E A AUTONOMIA DAS MULHERES

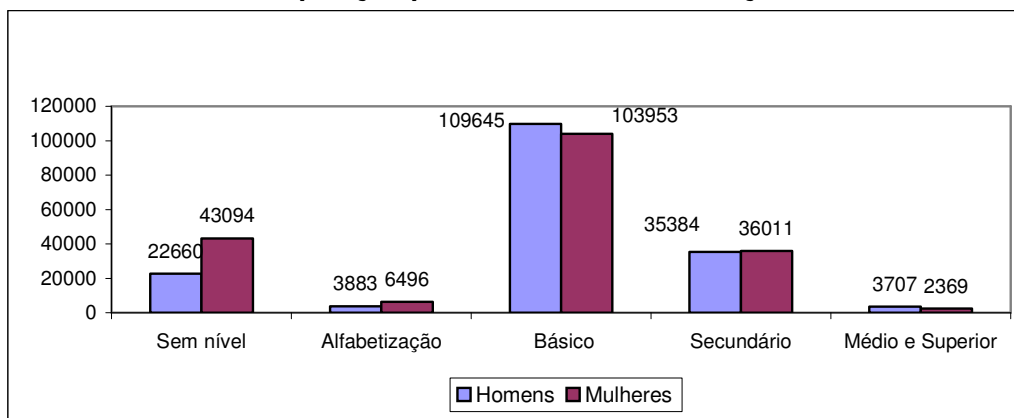
aspectos que dizem respeito ao papel fundamental da escola no rompimento da corrente transmissora de valores sexistas instituídos.

De assinalar, que “as mensagens escritas ou ilustradas contidas pelos manuais reproduzem os padrões tradicionais de comportamento: Divisão das profissões segundo o sexo, mulheres realizando trabalhos domésticos e homens trabalho intelectual ou remunerado, mulheres cuidando dos filhos etc.”,¹⁰

1.1.1 Alfabetização

“De forma geral, os dados do recenseamento de 2000 apontam para uma redução gradativa do analfabetismo que era de 37% em 1990, para 25% em 2000. Isso significa que houve uma redução da taxa de analfabetismo na ordem de 12% nos últimos 10 anos, sendo de cerca de 12% para os homens e de cerca de 14% para as mulheres¹¹”. As maiores reduções na taxa de analfabetismo nesse período ocorreram nos grupos etários 35 a 49 anos (-17,5%) e 15 a 34 anos (-10,2%).

População por sexo e nível de instrução¹²



Em 2000, 32,8% são mulheres e 16,5 % homens. O analfabetismo é maior nas zonas rurais (34,5%) do que nas zonas urbanas (18,1%). Na faixa etária 15-49 anos a taxa de analfabetismo é de 14,9%, sendo 19,6% para as mulheres e 9,8% para os homens. As estatísticas mostram que apesar da evolução positiva persistem graves disparidades entre os sexos - na população residente com 15 e mais anos de idade, para cada 100 homens analfabetos há 228 mulheres analfabetas e no grupo etário 15 a 49 anos essa relação é de 215. Contudo os resultados da política educativa das últimas décadas evidenciam na faixa etária 15 – 24, onde a taxa de analfabetismo é de 4,8%, sendo 4,5% entre as mulheres e 5,0% entre os homens. Na razão mulheres/homens no grupo etário 15-24 – para cada 100 homens analfabetos, existem 91 mulheres analfabetas.

Taxa de analfabetismo e efectivos de analfabetos – População residente com 15 ou mais anos¹³

	Homens		Mulheres		Ambos os sexos	
	Taxa	Numero	Taxa	Numero	Taxa	Numero
Total Cabo Verde	16,5	19.124	32,8	43.572	25,2	62.696
Urbana	11,1	7.373	24,5	18.174	18,1	25.547
Rural	23,9	11.751	43,4	25.398	34,5	37.149
15-24	5,0	2.129	4,5	1.928	4,8	4.057
15-49	9,8	9.370	19,6	20.132	14,9	29.502

¹⁰ Barreto Dulce. “As relações de género nos manuais escolares do Ensino Básico Integrado” . IP. Praia 1999

¹¹ Instituto Nacional de Estatística. Censo da população. Educação 2000

¹² Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Censo 2000

¹³ ¹³ Instituto Nacional de Estatística. Censo da população. Educação 2000

OBJECTIVO 3: PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO E A AUTONOMIA DAS MULHERES

De 1992 a 2001 a alfabetização incidiu na faixa etária 15-34 anos, que tinha uma população analfabeta em 1990 de 19,0% (13,2% homens e 24,1 mulheres). Nesse grupo etário, a taxa de analfabetismo desceu para 7,6%. Como resultado da aplicação duma política que privilegiava a alfabetização das mulheres, houve uma redução drástica da taxa de analfabetismo entre estas desceu 14,4 % e nos homens 5,6%.

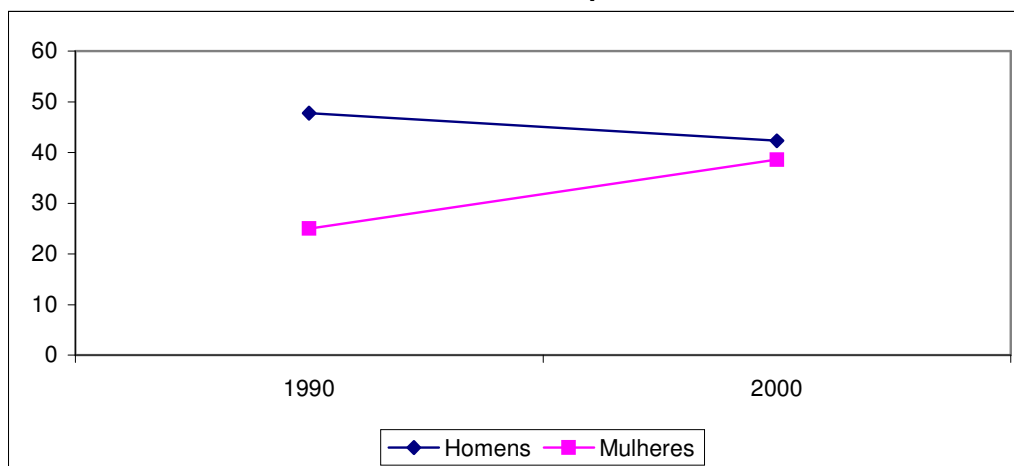
1.2 Emprego e situação económica

“A economia cabo-verdiana foi marcada por uma recuperação consistente após a recessão de 1990, tendo PIB crescido nesta década a taxas médias de 5%. No entanto a escassez de recursos financeiros e a exiguidade do mercado interno condicionam o desenvolvimento económico e a manutenção de altas taxas de desemprego, aliado à precariedade deste e a um peso importante da economia informal.”¹⁴.

Variáveis ¹⁵	1990		2000	
	N.º	%	N.º	%
População economicamente activa	122.064	35,7	174.664	40,4
Homens	77.140	47,8	88.070	42,3
Mulheres	44.924	25,0	86.574	38,6
População activa desempregada	31.049	25,4	30.334	17,4
Homens	-	-	9.756	11,1
Mulheres	-	-	20.578	23,8

No período compreendido entre 1990 e 2000, um elemento evolutivo de bastante interesse é o aumento da taxa de actividade da população em geral – de 35,7% para 40,4%. Este aumento está directamente relacionado com o aumento da taxa de actividade das mulheres, que passou de 25,0% para 38,6%, enquanto que se verificou uma queda na taxa de actividade masculina, de 47,8 para 42,3%.

Taxa de actividade por sexo - 1990 e 2000¹⁶



Em 2000, em termos de situação económica e participação no desenvolvimento de homens e de mulheres, estamos muito longe de atingir a equidade de género. Ainda é muito assimétrica a situação, no que tange a taxas de emprego e desemprego. Em 2000 para cada 100 homens empregados há apenas 84 mulheres empregadas, enquanto que para cada 100 homens desempregados há 211 mulheres desempregadas, evidenciando-se a existência de

¹⁴ Texto adaptado de INE: Características económicas da população. – Censo 2000. Gráfica da Praia

¹⁵ Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Censo 1990 e Censo 2000

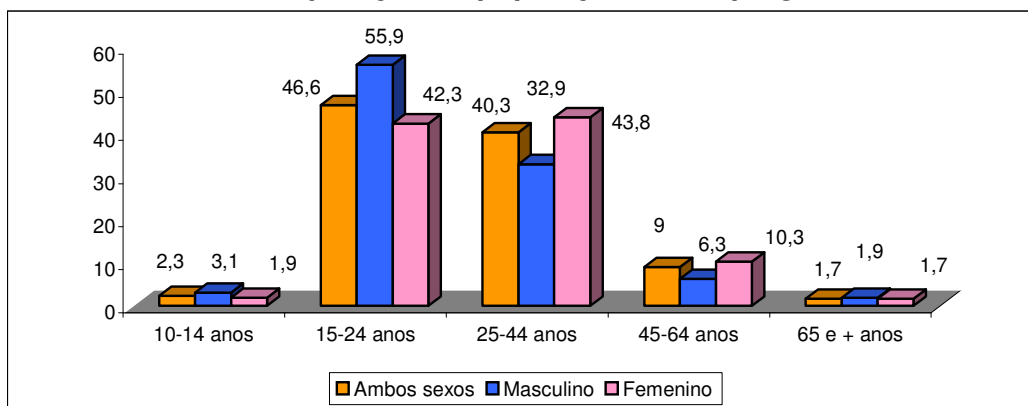
¹⁶ Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Censos 1990 e 2000

OBJECTIVO 3: PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO E A AUTONOMIA DAS MULHERES

uma enorme disparidade entre homens e mulheres no que se refere à participação na vida económica do país. A taxa de desemprego mais alta, encontra-se na faixa etária 15-24 anos, mas é mais alta entre os homens do que entre as mulheres: 55,9% e 42,3% respectivamente. Esta é também a única faixa etária onde a taxa de alfabetização das mulheres é inferior aos homens. Na faixa etária de 25-49 anos esta relação inverte-se, corroborando assim a relação estabelecida entre o nível de instrução e o acesso ao emprego, pois nesta faixa etária a taxa de mulheres analfabetas é menor que a dos homens em 2000.

A evolução das taxas de desemprego em 2001 e 2002, demonstra que existe uma manutenção da situação. No 4º trimestre de 2001, segundo os dados do Observatório de Emigrações e Emprego do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEPP), nos principais centros urbanos do país – Praia, Mindelo, Santa Catarina e São Filipe era de 15,8%, sendo de 14,6% para os homens e 16,9% para as mulheres. “Por sector de actividade, constata-se que o sector com mais peso na perda de emprego é o de “Outras Actividades” onde estão incluídos os serviços colectivos e pessoais, com 31.3%, seguido pelo sector da Construção Civil e do Comércio a Grosso e a Retalho, com 18.8% e 17.2%, respectivamente”¹⁷. No 4º trimestre de 2002 a taxa nesses centros urbanos era de 16,9% (15,1% e 18,9% para homens e mulheres respectivamente). No meio rural a taxa de desemprego em 2000 era de 15,7%, sendo 9,1 % e 22,0% respectivamente para homens e mulheres, o que torna a situação da mulher verdadeiramente precária.

Repartição da população desempregada¹⁸



Em 2000, 47,8% das mulheres que desenvolvem actividades geradoras de rendimento monetário estão nos ramos que requerem menor qualificação profissional : 24,0% no comércio a grosso e a retalho e 23,8 % nas actividades agrícolas (inclui o trabalho nas Frente de Alta Intensidade de Mão de Obra (FAIMO), na silvicultura e actividades pastoris). Segue-se a estas áreas a administração pública (13,7%), onde a grande maioria encontra-se na categoria de pessoal auxiliar e administrativo. O emprego doméstico ocupa o quarto lugar (9,6%), seguido pela docência (8. 2%).

Áreas de actividades ¹⁹	Total de efectivos	% de efectivos por áreas de actividade	Efectivos homens	% Homens por ramo de actividade	Efectivos Mulheres	% Mulheres por ramo de actividade	Rácio mulheres /homens
Comercio a grosso e a retalho;	23546	17,0	8435	11,2	15111	24,0	1,8
Agricultura	28102	20,3	13083	17,4	15019	23,8	1,1

¹⁷ Instituto de Emprego e Formação profissional. Relatório 4º trimestre 2001.

¹⁸ Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Censo 2000

¹⁹ Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Censo 2000

OBJECTIVO 3: PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO E A AUTONOMIA DAS MULHERES

Administração Pública e segurança social obrigatória	19661	14,2	11055	14,7	8606	13,7	0,8
Empregadas domesticas	6257	4,5	216	0,3	6041	9,6	28,0
Educação	8006	5,8	2863	3,8	5143	8,2	1,8
Indústrias transformadoras	9820	7,1	6744	9,0	3076	4,9	0,5
Outras actividades de serviços colectivos e sociais	5259	3,8	2697	3,6	2562	4,1	0,9
Restaurantes e similares	3497	2,5	1375	1,8	2122	3,4	1,5
Construção	15597	11,3	14437	19,2	1160	1,8	0,1
Saúde e Acção Social	1797	1,3	681	0,9	1116	1,8	1,6
Transporte armazenagem e comunicações	8071	5,8	7011	9,3	1060	1,7	0,2
Indústrias extractivas	1196	0,9	448	0,6	748	1,2	1,7
Imobiliária, alugueres, serviços a empresas	1555	1,1	1142	1,5	413	0,7	0,4
Actividades financeiras	715	0,5	312	0,4	403	0,6	1,3
Organismos internacionais	449	0,3	262	0,3	187	0,3	0,7
Electricidade	907	0,7	779	1,0	128	0,2	0,2
Pesca	3675	2,7	3560	4,7	115	0,2	0,0
Total Geral	138110	100,0	75100	100,0	63010	100,0	0,8

A situação profissional das professoras nos permite visualizar com bastante clareza, as relações de género no mercado de emprego. Em 2001, no Ensino Básico 64,5% dos professores eram mulheres, enquanto que no Ensino Secundário 41,0% e no Ensino Superior 30,6%, o que indica que no que respeita ao corpo docente as qualificações profissionais mais altas, e por tanto os melhores salários são usufruídos pelos homens. Um outro factor a assinalar que apesar do elevado número de mulheres docentes, os cargos de direcção a nível local são desempenhados por homens. Do total de 17 Delegados de Educação, 5 são mulheres (29,4 %), enquanto que de 194 gestores do Ensino Básico, 24 são mulheres o que representa um 12,4-%. No Ensino Secundário, de um total de 27 directores, 4 são mulheres (14,8%). No Ensino Superior do total de 5 instituições, 2 são dirigidas por mulheres (40%). Na Educação Básica de Adultos de 17 coordenadores, 3 (17,6%) são do sexo feminino

Na situação perante o vínculo de trabalho, verificamos a presença maioritária das mulheres na administração pública, mas que no sector empresarial do estado a presença masculina é superior. Ainda deve-se assinalar que há mais mulheres que trabalham em empreendimentos familiares, do que homens na mesma situação, o que as coloca numa situação de dependência.

Vínculo profissional por sexo ²⁰							
Empregador	Total	Homens			Mulheres		
		Efectivos	%	Taxa	Efectivos	%	Taxa
Administração Pública	25878	13388	51,7	17,4	12490	48,3	19,2
Sector empresarial privado	23412	16269	69,5	21,2	7143	30,5	11,0
Sector empresarial do estado	5812	4013	69,0	5,2	1799	31,0	2,8
Conta Própria	41555	22574	54,3	29,4	18981	45,7	29,2
Patrão/empregador	3579	2521	70,4	3,3	1058	29,6	1,6
Trabalhador familiar sem remuneração	14613	5001	34,2	6,5	9612	65,8	14,8
Outra situação	18537	8897	48,0	11,6	9640	52,0	14,8
S/dados	8429	4220	50,1	5,5	4209	49,9	6,5
Total	141815	76883	54,2	100	64932	45,8	100

Quando analisamos a situação da população activa de acordo com a categoria profissional, verificamos que apenas perto de 1% da população encontra-se na categoria de técnicos superiores (1,6 % homens e 0,6 mulheres), 4,4% estão na categoria de especialistas

²⁰ Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Censo 2000
REPÚBLICA DE CABO VERDE

OBJECTIVO 3: PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO E A AUTONOMIA DAS MULHERES

(3,9% homens e 4,9% mulheres), 4,4 na de técnicos profissionais e intermédios (4,4% homens/4,3 mulheres). As maiores concentrações estão na categoria de trabalhadores não qualificados (26,8%), cabendo às mulheres a maior fatia (35,8%). Os homens nessa categoria representam 19,3%. Podemos assim afirmar que em termos gerais, além de existir disparidades de género em todas as categorias, aquela onde as mulheres têm maior representatividade é nas que exigem menores qualificações.

Categorias profissionais ²¹	Homens	Mulheres	Total Nacional
Quadros superiores	1,4	0,6	1,0
Especialistas	3,9	4,9	4,4
Técnicos profissionais e intermédios	4,4	4,3	4,4
Pessoal Administrativo	2,4	3,7	3,0
Prestação de serviços e vendedores	8,1	18,9	13,1
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura	20,8	21,6	21,2
Operários, artífices e similares	26,8	4,9	16,8
Operadores de maquinas e trabalhadores de montagem	8,5	1,3	5,2
Trabalhadores não qualificados	19,3	35,6	26,8
Forças armadas	0,4	0,0	0,2
Sem dados	4,0	4,2	4,1

Um estudo recente sobre o sector informal e o micro credito confirma os dados do Censo da População de 2000. Das actividades informais financiadas pelo micro credito o ramo de negócio predominante é o pequeno comercio (86,4%), seguido da Agricultura (7,9%), a transformação (4.8%) e os serviços (2.20%). Em ultimo lugar situa-se a pesca (0,5%). Estas actividades abrangem fundamentalmente o sexo feminino – “10,6% masculino, contra 89,4 % feminino²².

O baixo nível de instrução das mulheres, conjugado com outros factores sócio culturais entre os que se destaca o facto de por tradição serem as mulheres as que têm maior preocupação com o sustento da família e dos filhos - “boa parte das entrevistadas revelaram não receber nenhuma contribuição dos maridos por estes se encontrarem, no desemprego ou sujeitos a trabalhos precários ou mesmo pela falta de vontade dos companheiros em contribuir nas despesas familiares²³, explica a primazia das mulheres no sector informal.

Um outro aspecto a equacionar em termos de relações de género é a utilização de variáveis económicas, onde a actividade doméstica é considerada sinónima de inactividade. Esta postura está ancorada numa perspectiva redutora, que considera a actividade económica como actividade capaz de gerar rendimentos em dinheiro. Tomar conta da casa e dos filhos é um contributo fundamental para garantir o trabalho e a actividade “produtiva” do resto dos membros produtores da família. Por outro lado contribui decisivamente para a poupança dos rendimentos provenientes do trabalho fora de casa, pois desta forma serviços que necessariamente deveriam ser comprados são assegurados por esse trabalho doméstico.

Esta forma de encarar as actividades económicas influencia negativamente no desenvolvimento da auto-estima feminina, provocando que a maior parte das mulheres domésticas quando inquiridas sobre o trabalho que realizam respondam: nenhum ou, então minimizam a importância das tarefas que realizam em casa, pois não as consideram relevantes porque não geram rendimentos. Mesmo aquelas que sendo chefes de família, e que para além do trabalho doméstico, trabalham fora de casa, consideram que “trabalho” é

²¹ Fonte : Instituto Nacional de Estatística - Censo 2000

²² Soares Anilda. Estudo de impacto do micro crédito. Pág28. Praia 2003. Inédito

²³ Soares Anilda. Idem anterior

OBJECTIVO 3: PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO E A AUTONOMIA DAS MULHERES

quando estão trabalhando para alguém que paga, seja o estado ou um particular. No fundo desconsideram o seu trabalho pelo facto do mesmo não ser valorizado socialmente

1.3 O exercício do poder

Apesar do reconhecimento público do papel fundamental das mulheres no sustento e educação da família, não existe o mesmo reconhecimento em relação ao seu papel enquanto actora do desenvolvimento com participação activa e decisiva nos diversos sectores da vida do país e a sua representatividade nos órgãos de decisão é muito limitada.

Esta situação tende a ser associada, ou em parte explicada, com o desempenho tradicional do papel económico reprodutivo das mulheres, que condiciona a sua disponibilidade de tempo.

Outros elementos apontados como causais, são as normas culturais e sociais em vigor, que contribuem para a perpetuação de práticas que possibilitam que os homens assumam os papéis de destaque, exerçam o controle e o poder familiar.

Sem dúvida, temos que associar o distanciamento das mulheres dos órgãos de decisão, com a situação diferenciada que existe perante o controlo dos recursos, do trabalho e dos benefícios deste, já que esta situação influencia negativamente no desenvolvimento da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens e o acesso ao poder, e contribui para a reprodução da discriminação da mulher.

Analisando a evolução desta participação do ponto de vista quantitativo, pode-se afirmar que a representatividade das mulheres no poder executivo tem oscilado ao longo da última década. De 6% em 1991, passou para 29% em 1998, evoluiu positivamente em 2001 para 36% e caiu para 24% em 2002. No que se refere ao exercício do poder local constatamos que entre 1995 e 2000 houve uma evolução de 8% para 16%. Quanto ao poder legislativo deve-se assinalar, que no período compreendido entre 1985 e 1990, para além de 4 mulheres (6,6%) que tinham assento efectivo no parlamento, outras 7 mulheres integraram-no, mas em regime de substituição por impedimento temporário ou suspensão de mandato de deputados do sexo masculino, facto este que limita o exercício efectivo do poder. Em 1991 a percentagem de deputadas desceu para 3,8% e elevou-se em 1995 para 11,1 %, proporção esta que manteve-se inalterável em 2001, data das últimas eleições legislativas.

Evolução da participação das Mulheres no parlamento

Ano	Total	N.º de Mulheres	% de Mulheres
1980	60	1	1,6
1985	60	4	6,6
1991	79	3	3,8
1995	72	8	11,1
2001	72	8	11,1

As mulheres na legislação

Na Constituição da República (1991): Homens e mulheres são iguais perante a lei, mas reconhecendo a situação da discriminação da mulher, a Constituição incumbe ao Estado o dever de velar pela eliminação das condições que identificam essa discriminação e de assegurar a protecção dos seus direitos.

No Código Penal (2003): Agrava as penas em caso de abuso sexual e dos maus tratos conjugais.

No Código de Família (1997): Confere a ambos conjugues igualdade de direitos e deveres na família e integra a separação judicial de pessoas e bens. Consagra a igualdade legal dos filhos nascidos dentro ou fora casamento e o poder paternal é exercido conjuntamente pelos progenitores.

No Código de Trabalho: No enunciado geral proíbe a discriminação do acesso ao trabalho com base no sexo e a atribuição de salários diferentes para trabalhos idênticos.

No Código Eleitoral (1999): Consagra que as listas propostas às eleições devem conter uma representação equilibrada entre ambos os sexos, premiando por subvenção eleitoral do estado, os partidos, coligações ou grupos de cidadãos, cujas listas façam eleger a nível nacional e municipal pelo menos 25% de candidatos do sexo feminino.

OBJECTIVO 3: PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO E A AUTONOMIA DAS MULHERES

Em 2003, 83,7% dos cargos de decisão são ocupados por homens e 16,3 % por mulheres. As esferas de poder onde o número de mulheres é menor são a do poder legislativo (11,1%), autárquico (13,8%) e judicial (18,1%), o que limita a visibilidade efectiva das mulheres. É de se destacar que no actual executivo cabo-verdiano, três importantes pastas, são ocupadas por mulheres – a de Negócios Estrangeiros, a da Justiça e Administração Interna e a da Agricultura.

Participação nos órgãos de decisão – Ano de 2003²⁴

Esferas de poder		Total	Homens		Mulheres	
			N.º	%	N.º	%
Legislativo	Membros do Parlamento	72	64	88,9	8	11,1%
Executivo	Ministros	13	10	76,9	3	23,1
	Secretários de estado	3	2	66,7	1	33,3
	Subtotal	16	12	75,0	4	25,0
Autárquico	Presidentes de Câmaras Municipais	17	17	100	0	0
	Membros das Assembleias Municipais ²⁵	277	239	86,3	38	13,7
	Vereadores das Câmaras Municipais	113	95	84,0	18	16,0
	Subtotal	407	351	86,2	56	13,8
Judicial	Membros do Supremo Tribunal de Justiça	5	4	80,0	1	20,0
	Juízes	39	30	67,0	9	33,0
	Procuradores	30	26	86,6	4	15,4
	Delegados do procurador	9	8	88,9	1	11,9
	Subtotal	83	68	81,9	15	18,1
Classe dirigente	Directores Gerais ou equiparados	49	32	65,0	17	35,0
	Presidentes de Institutos Públicos	19	13	68,0	6	32,0
	Embaixadores	11	10	90,9	1	9,1
	Subtotal	79	55	69,6	24	30,4
Total		657	550	83,7	107	16,3

Uma das medidas do Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género, com vistas a encorajar a participação das mulheres no processo eleitoral, nas actividades políticas e na tomada de decisões, é a institucionalização de quotas, no mínimo de 35% em lugares elegíveis.

A criação da Rede de Mulheres Parlamentares, é uma mais valia e pode constituir um factor determinante para uma evolução positiva desta problemática, sobretudo se continuar a congregar os esforços e a desenvolver mecanismos de pressão para que o número de mulheres, tanto a nível de partidos políticos como a nível de cargos executivos aumente.

1.4 A problemática da violência contra a mulher

As pesquisas realizadas em Cabo Verde, apontam como causa dos actos de violência dos homens contra as mulheres a embriagues e os ciúmes. No caso da violência das mulheres contra os homens é, a resposta a sucessivas agressões, ou situações como a pratica da poligamia ou o abandono do lar por parte do companheiro. Subjacente as causas imediatas acima apontadas são invocadas razões de ordem histórico-cultural, “o direito a bater é uma prática socialmente aceite no país, tanto pelo homem como pela mulher e geralmente é utilizada como um recurso educativo e pedagógico, portanto legitimadora do poder do adulto”²⁶. A violência contra as mulheres é exercida em qualquer estrato sócio – económico, grupos etários, ou níveis de educação e podemos inferir que existe uma relação no exercício da violência, com as questões histórico culturais perpetuadas pela reprodução intergeracional de comportamentos violentos.

²⁴ Fonte : Dados colectados pelo ICF

²⁵ Existem 17 Assembleias Municipais. Duas são presididas por mulheres.

²⁶ Salustio Dina. Violência contra as mulheres”. ICF. Praia 1999.

OBJECTIVO 3: PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO E A AUTONOMIA DAS MULHERES

O índice de denuncia dos crimes de violência por parte das mulheres é bastante baixo, ainda que nos últimos anos tem vindo a aumentar devido à influencia da comunicação social e ao resultado do trabalho realizado por diversas instituições, que resultam numa maior consciência das mulheres sobre os seus direitos, o que revela uma vontade social de romper com o silêncio. Os dados estatísticos produzidos pelas instituições públicas envolvidas directamente com a problemática da violência domestica não são tratados por sexo, se circunscrevem, a contabilização dos processos judiciais catalogados por espécie de crime, e/ou a contabilização das ocorrências criminais também catalogadas por espécie de crime, pelo que não resulta factível o seu aproveitamento para a elaboração de indicadores que permitam medir a magnitude desta problemática, o que apenas permitiu construir um indicador para o ano 2000- *a taxa de demanda processual por violência sexual : 0,2%*²⁷

Movimento processual criminal. Entradas de processos - 1992-2002²⁸

Ano	Ofensas corporais voluntárias	Homicídio voluntário	Crimes sexuais ²⁹	Crimes contra a honra
1992	2071	51	304	431
1993	1158	42	271	401
1994	1128	60	255	542
1995	1078	90	236	558
1996	821	52	521	729
1997	2507	82	277	615
1998	1449	63	312	590
1999	1207	60	342	445
2000	1340	50	241	518
2001	1620	62	280	559
2002	1907	56	386	643

A recolha de dados estatísticos fiáveis e consequentemente a construção de um mínimo de indicadores, facilitaria os processos de sensibilização das autoridades, a formulação de políticas e o seguimento desta situação. Pela sua vez, para viabilizar essa acção, é necessário desenvolver processos de concertação institucional, que permitam o diálogo permanente entre as entidades produtoras de dados e as instituições utilizadoras.

Um outro aspecto a considerar é a necessidade de por em pratica novas formas de actuação, para dar resposta às pessoas que requerem ou solicitam qualquer tipo de atenção ou denunciam agressões. “Temos que procurar novas respostas, conjugar a repressão, com a prevenção e o apoio as vítimas. Podemos adoptar varias formulas, desde aquelas processuais – imprimindo maior celeridade ao tratamento dos processos, até o agravamento das penas, sem esquecermos da criação de centros de acolhimento, tanto para as mulheres como para os seus filhos, pois quando uma mulher é agredida pelo seu companheiro, os filhos são sempre atingidos pela violência”³⁰,

2. DOCUMENTOS POLÍTICOS ESTRATÉGICOS DE RELEVÂNCIA

Da análise da documentação de políticas e estratégias entre 1990 e 2003 podemos concluir que neste momento os documentos mais relevantes para a implementação duma política efectiva para a promoção da igualdade de género e da autonomia das mulheres:

²⁷ Formula de Cálculo: numero de processos judiciais que deram entrada por crimes de violência sexual (241) nesse ano, dividido pela população feminina entre 12 e 65 e mais anos de idade, (151.923), multiplicado por cem

²⁸ Trata-se das áreas onde podem ser encontrados actos de violência contra as mulheres. Fonte: Relatórios Anuais da Procuradoria Geral da República

²⁹ Todos os casos são de crimes sexuais contra mulheres

³⁰ Procurador-geral da República. Entrevista de 07-10-03

OBJECTIVO 3: PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO E A AUTONOMIA DAS MULHERES

- **As Grandes Opções do Plano:** Inclui a dimensão género como a realização dos direitos humanos e preconiza a valorização da mulher, enquanto agente de desenvolvimento sustentado;
- **Documento Estratégico de Redução da Pobreza,** Preconiza a redução da pobreza na camada feminina, com especial atenção para as famílias mono - parentais, chefiadas pelas mulheres;
- **Política Nacional da População,** encontra-se em revisão e estipula a integração da abordagem género;
- **O Programa de Governo 2001-2006,** contém um item específico sobre a mulher, preconizando o desenvolvimento de condições para o exercício pleno da cidadania das mulheres e a promoção de programas específicos integrados e multisectoriais que reduzam as desigualdades existentes.
- **O Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género 2001-2006;** o qual encontra-se em fase de adequação técnica;
- **O Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005,** que se encontra ainda em fase de elaboração, e no programa “População e Desenvolvimento”, contém um subprograma para a promoção da igualdade e equidade de género;
- **O Plano Estratégico de Educação 2001-2010,** que contempla entre os suas prioridades, o alargamento da escolaridade obrigatória de 6 para 8 anos, a alfabetização das mulheres, a instalação da universidade caboverdiana e o aumento dos indicadores de qualidade, nomeadamente no que tange a eficiência, a eficácia e a relevância das aprendizagens;
- **O Plano Estratégico do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional,** ainda em elaboração, não incorpora o género como ferramenta de planificação. Prevê a regulamentação da formação profissional; a uniformização dos currículos e dos perfis de saída dos diferentes centros de formação profissionais; o aumento e a adequação das ofertas formativas as áreas chaves da economia (turismo, construção civil); o desenvolvimento do sector de micro credito em parceria com organizações não governamentais; o aumento das estruturas de apoio ao emprego e a formação profissional; e o desenvolvimento de parcerias com instituições de apoio à juventude³¹.

3. DESAFIOS

Como resultado da análise da situação foram identificados como principais constrangimentos a ultrapassar para atingir a igualdade de género e a autonomia das mulheres os seguintes:

- Baixa proporção de mulheres nos cargos de direcção, sobretudo a nível de delegações de educação e de gestão de estabelecimentos de educativos;
- Desigualdade de acesso à formação, e a áreas tradicionalmente “dominadas” por homens;
- Altas taxas de analfabetismo das mulheres com mais de 24 anos;
- Deficiente implementação de políticas públicas direccionadas a privilegiar a inserção efectiva das mulheres no mercado de trabalho, apesar de ser cada vez mais evidente, o peso que as mulheres têm no desenvolvimento económico do país e na sobrevivência da família;
- Dificuldades na utilização da categoria analítica de género na planificação, tanto a nível de governo, como a nível dos diferentes sectores, situação que se reflecte directamente na produção de planos e programas;
- Dificuldades na produção de dados que permitam dimensionar/avaliar o peso real do sector informal na economia do país, tal como o impacto do trabalho domestico, considerado como sinónimo de inactividade ou dependência económica;
- Pouca apropriação no seio dos partidos políticos e decisores das questões relativas às relações de género;

³¹ Dados obtidos numa entrevista com o Presidente do IEPF, em 22-10-03

OBJECTIVO 3: PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO E A AUTONOMIA DAS MULHERES

- Não existência de instrumentos de recolha, tratamento e difusão de dados que permitam conhecer a problemática da violência contra as mulheres, em todas as suas manifestações;
- Pouca celeridade processual no tratamento dos casos de violência contra as mulheres e inexistência de estruturas de acolhimento e apoio às vítimas de violência;

De acordo com o anteriormente exposto, podemos concluir, que no período compreendido entre 1990 e 2003, se produziram avanços consideráveis na procura da equidade de género, no que tange à revisão da produção legislativa e no acesso à educação. Contudo, o mesmo não aconteceu em termos da evolução da situação perante o trabalho, o emprego, à formação profissional e à participação efectiva no poder, o que reflecte um certo distanciamento entre o discurso e as praticas. Neste momento os principais desafios que por grandes áreas são:

Educação formal

- Manutenção do equilíbrio alcançado em termos de equidade de acesso;
- Monitorização constante da situação, pois num país como Cabo Verde, com tradições culturais que impõem às mulheres o papel de principal provedor da família, em casos de escolha necessária, serão as mulheres as principais atingidas;
- Mudança das posturas e das práticas, em termos de relações de género nos espaços educativos
- Revisão dos manuais para a eliminação dos estereótipos sexistas
- Apoio as mães adolescentes para garantir a continuação dos estudos
- Acesso das raparigas e mulheres ao ensino técnico e científico

Alfabetização

- Diminuição das taxas de analfabetismo das mulheres;
- Acesso privilegiado das mulheres a formações profissionalizantes
- Animação comunitária dirigidas à construção de novas formas de encarar as relações de género e à afirmação das mudanças necessários aos papéis tradicionais desempenhados por homens e mulheres.

Emprego e situação económica

- Introdução no Plano Estratégico do Instituto de Emprego e Formação Profissional da perspectiva de género, a fim de que a sua implementação possa contribuir ao desenvolvimento de oportunidades iguais para mulheres e homens no acesso ao mercado de emprego
- Aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas sociais construídas que bloqueiam o acesso diferenciado de homens e mulheres as fontes de rendimento e aos recursos económicos;
- Implementação de políticas activas de emprego.

Participação das mulheres nos órgãos de decisão e de poder

- Aumento do numero de mulheres em todas as instancias de poder;
- Desenvolvimento de acções de sensibilização e formação em matéria de equidade de género no seio dos partidos políticos e dos decisores;
- Desenvolvimento de acções específicas, dirigidas às mulheres sobre participação e liderança, de forma a propiciar um clima favorável a implementação do Código eleitoral.

Violência contra as mulheres

- Diminuição da incidência de actos de violência contra às mulheres;
- Sensibilização dos Juizes, Procuradores e Policia de Ordem Público para a introdução de medidas tendentes a intervir com maior celeridade, e a combinação da persuasão com o controlo real da violência contra as mulheres;
- Produção de dados estatísticos fiáveis, que conduzam à elaboração de indicadores de género, que sustentem as propostas de intervenção nessa área;

OBJECTIVO 3: PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO E A AUTONOMIA DAS MULHERES

- Produção de programas educativos de prevenção da violência;
- Criação de estruturas especiais de atendimento às mulheres vítimas de violência.

4. PRIORIDADES PARA A AJUDA AO DESENVOLVIMENTO

De acordo com os resultados da análise da situação de Cabo Verde em matéria de equidade de género e autonomia das mulheres, os principais eixos de acção identificados são:

- **Implementação do Plano Estratégico de Educação**, dando especial atenção, no que tange à educação formal ao alargamento da escolaridade obrigatória de 6 para 8 anos, à revisão dos currículos e manuais, à capacitação dos professores em matéria de género e à promoção da participação dos pais e encarregados da educação e comunidades na gestão das escolas.
- No que respeita à alfabetização, deverá apoiar-se este subsistema para atingir a meta preconizada até 2015 de reduzir a taxa de analfabetismo para 12%, com especial ênfase na alfabetização da camada feminina e no desenvolvimento de actividades de animação comunitária.
- **Implementação do Plano Estratégico do Instituto de Emprego e Formação Profissional** e apoio institucional para a introdução da perspectiva de género na implementação do mesmo, assim como para o desenvolvimento de políticas que estimulem a inserção das mulheres no mercado de emprego;
- **Reforço da capacidade do Instituto da Condição Feminina**, a fim de poder desenvolver as suas actividades, apoiar as diferentes instituições na introdução da perspectiva de género nos processos de produção de informações, análise de dados e planificação, como para monitorar de forma efectiva a evolução do processo e dos indicadores. Especial atenção deve merecer o desenvolvimento de acções de sensibilização dos partidos políticos, do governo e da sociedade em geral a fim de aumentar a representatividade das mulheres nos órgãos de decisão;
- **Apoio ao Ministério de Justiça**, para a introdução da variável género na produção de estatística sobre a violência contra as mulheres, que permitam a elaboração de indicadores fiáveis sobre esta problemática. Igualmente deve-se apoiar o sector da justiça para a introdução de alterações no código penal de forma a imprimir maior celeridade aos processos judiciais e permitir o agravamento das penas pela prática de actos de violência contra as mulheres e a implementação de um sistema de apoio às vítimas;
- **Apoio às organizações não governamentais**, para permitir o desenvolvimento de programas de formação, trabalhos de sensibilização e animação das comunidades e populações em matéria de género, e para aumentar o volume e melhorar as condições de acesso ao crédito das mulheres, assim como para o acompanhamento do desenvolvimento de capacitação para a criação de pequenos negócios;
- **Apoio à Rede de Mulheres Parlamentares**, para continuar o seu trabalho, de congregar os esforços das mulheres parlamentares, independentemente da sua filiação política, para o exercício de pressão para que o número de mulheres, tanto a nível de partidos como a nível de cargos legislativos e executivos aumente; para a aprovação de diplomas legislativos que privilegiem a perspectiva de género; e para possibilitar que os orçamentos dos diferentes sectores sejam elaborados sob a perspectiva de género.

Resultante da análise da evolução dos indicadores e de acordo com as tendências de desenvolvimento actuais, estabeleceu-se, para alguns indicadores, a meta final a ser atingida no horizonte 2015, para dar resposta ao Objectivo 3 do Milénio.

OBJECTIVO 3: PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO E A AUTONOMIA DAS MULHERES

Indicadores	Ano Base	Situação Inicial	Meta Final ³²
9. Rácio raparigas/rapazes			
Ensinos Básico		0,96	0,96
Ensino Secundário	2001	1,02	1,04
Ensino Médio e Superior		1,04	N/C
10. Rácio mulheres/homens analfabetos na faixa etária 15-24 anos	2000	0,91	N/C
11. Percentagem de mulheres assalariadas no sector não agrícola	2000	76,2	N/C
12. Percentagem de mandatos ocupados por mulheres no Parlamento	2001	11,1	N/C

5. SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO

No quadro a seguir, se apresentam, os resultados da avaliação da situação actual dos elementos de seguimento, feitas pelo grupo de trabalho.

Elementos de Seguimento	Avaliação			
	Forte	Médio	Em progresso	Fraco
Resposta e termos de política e de estratégias			<input checked="" type="checkbox"/>	
Respostas no quadro legal		<input checked="" type="checkbox"/>		
Cumprimento da lei ou obrigatoriedade de cumprimento da lei				<input checked="" type="checkbox"/>
Disponibilidade de recursos financeiros				<input checked="" type="checkbox"/>
Capacidade de recolha de dados			<input checked="" type="checkbox"/>	
Qualidade da informação			<input checked="" type="checkbox"/>	
Capacidade de seguimento estatístico			<input checked="" type="checkbox"/>	
Nível de análise dos dados			<input checked="" type="checkbox"/>	
Mecanismos de avaliação e monitorização				<input checked="" type="checkbox"/>
Seguimento e avaliação dos mecanismos				<input checked="" type="checkbox"/>
Informação e sensibilização pública		<input checked="" type="checkbox"/>		

³² A meta final foi estabelecida tendo como suporte as projecções do GEP/MEVRH. O cenário utilizado por este serviço foi de manutenção dos ritmos actuais de crescimento.

OBJECTIVO 3: PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO E A AUTONOMIA DAS MULHERES

Integrantes do Grupo de Trabalho do Objectivo 3

Direcção Geral da Alfabetização e Educação de Adultos (DGAEA) – M.^a dos Reis Monteiro
Direcção Geral da Promoção Social (DGPS) - Fátima Ramos.
Direcção Geral do Plano (DGP) - António Pires
Fundó das Nações Unidas para a População (UNFPA) - João Monteiro
Instituto da Condição Feminina (ICF) - Claudia Rodrigues
Instituto da Condição Feminina (ICF) - Madalena Tavares
Instituto da Condição Feminina (ICF) - Talina Pereira
Instituto Nacional de Estatística (INE) - Alice Monteiro
MORABI (Associação de Apoio a Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento - Evelyne Figueiredo
OMCV (Organização de Mulheres de Cabo Verde) - Angela Cardoso
Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP) - Alayde Diaz.
Rede das Mulheres Parlamentares - Herminia Curado Ferreira .
Rede de Jornalistas para a População (REJOP) - Paula Cavaco

Personalidades Contactadas

Associação de Mulheres Juristas – Maria das Dores Monteiro
Deputada Nacional - Herminia Ferreira
Director Geral de Alfabetização e Educação de Adultos – António Carlos Lopes da Silva
Director Administrativo da Policia e Ordem Publica – Mendes
Directora Geral do Ensino Básico e Secundário – Claudia Silva
Presidente do Instituto de Emprego e Formação Profissional- José Manuel Veiga
Procurador Geral da República – Frankelyn Furtado
Secretário da Procuradoria Geral da República – José Luis Marques
Técnicos do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação – Crisanto Barros e José Manuel Marques

OBJECTIVO 3: PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO E A AUTONOMIA DAS MULHERES

Bibliografia

- Anuário de Educação. Ano Lectivo 2000/2001. Praia. GEP Educação. Dezembro 2002
- Barreto Dulce. “As relações de género nos manuais escolares do Ensino Básico Integrado”. IP. Praia 1999
- CEPAL. “Aspectos Económicos de la Equidad de Género”. Perú. 1999
- CEPAL. “Indicadores de género para el seguimiento y la evaluación del programa de acción regional para las mujeres de América Latina y del Caribe y la Plataforma de Acción de Beijing” Chile 1999
- CEPAL. “Violencia contra la mujer en relación de pareja: América Latina y el Caribe. Una propuesta para medir su magnitud”. Chile. 2002
- Cunha Ramos Bernardino João . “Representação de papeis sexuais no contexto escolar e a reprodução de estereótipos”. ISE. Praia 2002.
- DGEE. A mulher caboverdiana. RGPH/2000
- DGEE. Activité Economique . RGPH/90
- Fonseca Jorge Carlos. “Estudo sobre a protecção às vitimas de crimes violentos (em particular mulheres)” AMJ. 2002
- Furtado Alves Cláudio “ A mulher caboverdiana” RGPH/90. DGE. Praia. 1995
- Gabinete de Desenvolvimento de Recursos Humanos. Relatório Mulher & Desenvolvimento. Praia 2000
- GEMPA. Revista N.º 4 “O masculino e o feminino no ensino”. Grossi, Pillar Miriam.. Porto Alegre. Brasil 1996;
- Grassi Marzia. “Género, empresariado e desenvolvimento em contextos não ocidentais”. Lisboa . 2002
- ICF- Plano Nacional para a Igualdade e a Equidade de Género 2000-2005
- ICF- Relatório Preparatório da Conferencia de Salvador.
- ICF. A mulher caboverdiana na Agricultura. Praia, Março 1996
- ICF. Estatutos do ICF.
- ICF. Processo de Integração das Questões de género em Cabo Verde. Praia, 1999
- ICF: Relatório para a Convenção da eliminação de todas as formas de discriminação da mulher. 2003
- IEFP. Relatório 4º trimestre 2001.
- IEFP: Inquérito ao Sector Informal
- INE. “Condições de vida dos agregados familiares”. Censo 2000
- INE. A mulher caboverdiana 2000. RGPH. Praia .2001
- INE. Cabo Verde. Censo de 2000.
- INE. Censo 2000. Educação. Praia 2000
- INE: Características económicas da população. – Censo 2000.. Gráfica da Praia
- Lopes Vicente José. “Género Mulher e Política”. ICF. Praia S/D
- MEVRH. Plano Estratégico da Educação
- MEVRH: Anuário Estatístico 2000/2001
- MEVRH: Principais indicadores da educação. Inicio do Ano Lectivo 2001/02
- Osório Pinto, Victor Adolfo : “Vencendo barreiras”. ICF. Praia 2000
- Procuradoria Geral da Republica. Relatórios anuais – 1992 a 2002
- Salustio Dina “Violência contra as mulheres”. ICF .Praia.1999
- Soares Anilda. “Estudo de impacto do micro credito”. Comité de Pilotagem de Micro credito 2003 (inédito)
- UNICEF . Analise da situação da Mulher e a Criança.UNICEF.1999
- UNICEF. Analise da situação: Criança e mulher em Cabo Verde. Tipografia Santos. Praia. Cabo Verde 1999;
- UNICEF. “Contribuições para planos e programas de desenvolvimento numa perspectiva de género. Praia. 1996.

OBJECTIVO 3: PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO E A AUTONOMIA DAS MULHERES

INDICE

INTRODUÇÃO.....	0
1. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ENTRE 1990 E 2003.....	1
1.1 Educação	1
1.1.1 Alfabetização	4
1.2 Emprego e situação económica	5
1.3 O exercício do poder.....	9
1.4 A problemática da violência contra a mulher.....	10
2. DOCUMENTOS POLÍTICOS ESTRATÉGICOS DE RELEVÂNCIA.....	11
3. DESAFIOS.....	12
4. PRIORIDADES PARA A AJUDA AO DESENVOLVIMENTO	14
5. SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO	15